continuação

por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos. **8.8. Imobilizado:** O bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído deduzido do saldo da depreciação acumulada. Os gastos com manutenção e melhoramentos que aprimorem ou ampliem a vida útil econômica dos bens, reparos e manutenção são apropriados de resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas e exercício de valor contábil do ativo também são capitalizados quando ocorrem e são depreciados no período remanescente. Os custos das escrituras sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo ajusta-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado no valor de R$ 250.800. Abaixo demonstramos os ressarcimentos reconhecidos no ano de 2025, bem como o período de aproximadamente 18 meses.

PIS/Cofins	1.150.645	209.848	521.410	250.800	168.587

8.9. Propriedades para investimentos: As propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas pelo custo e posteriormente ajustadas pelo valor justo, sendo quaisquer diferenças reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas se alienação de uma propriedade para investimento são incluídos no resultado do período em que ocorrem. A receita do aluguel de propriedades para investimento é reconhecida linearmente no período do contrato de aluguel, durante o prazo de arrendamentos. Os incentivos de arrendamentos concedidos são contabilizados como parte integrante da receita total do aluguel, durante o prazo do arrendamento. **8.10.** ***Impairment*** **de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimentos, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas são em grande parte independentes de entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios e ativos que se separa da mais ou menos, o valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é baseado em fluxos de caixa presente usando um taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do tempo e o riscos específicos do ativo ou UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do qualquer ágio alocado e esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil do ativo no UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução de valor de UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda não e reversão. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda não tivesse sido reconhecida. **8.11. Contas a pagar:** *a. Fornecedores* **-** Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas sem fornecedores; **Preço fixo:** obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais referentes pelos insumos; **Preço a kixer:** obrigação junto aos fornecedores, ou seja material comprados na transação e sob subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos na avaliação de ativos e passivos, conforme descrito na nota explicativa 3. A Administração revisa a segregação entre ativo circulante e não circulante de ativos e passivos financeiros e decisões de investimentos e financiamentos. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo através do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação, para os ativos financeiros não classificados como mensurados pelo valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do investimento expirarem ou quando a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ganhos e perdas subsequentes são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. A receita de juros de ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado é reconhecida como receita financeira. Os ativos financeiros são classificados como ativos circulantes e não circulantes. **8.12. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos de custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis a aquisição, a construção ou a produção de ativo qualificável formam parte do custo do ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **8.13. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo o é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e que custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constitutida como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São arrecados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário em desmontagem e remoção do ativo de direito de uso e mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para pagamentos efetuados em a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela outrora